



**AGRICULTURA FAMILIAR E ÁREAS PROTEGIDAS:  
desafios para as políticas de proteção social e ambiental**

**Maristela Dal Moro \***

**RESUMO**

Esse trabalho é parte da pesquisa intitulada "Aspectos sociológicos e ecológicos de uma área protegida do estado do Espírito Santo" no município de Santa Teresa, mais especificamente as famílias que residem nas comunidades próximas de duas áreas protegidas desse município. Esse artigo tem como objetivo discutir a relação que as famílias estabelecem com áreas protegidas, inclusive com as áreas de Reserva Legal de suas propriedades. A crise da agricultura familiar e o pouco investimento do Estado tornam esse segmento vulneráveis economicamente e aumenta a necessidade da utilização dos recursos naturais, muitas vezes de maneira indiscriminada.

Palavras Chave: meio ambiente, agricultura, agricultura familiar

**ABSTRACT**

This work is part of the research intitled "sociological and ecological Aspects of a proteged area of the state of the Espírito Santo" in city of Santa Teresa, more specifically the families who inhabit in the communities of two proteged areas of this city. This article has as objective to argue the relation that the families establish with protected areas, with the areas of Legal Reserve of its properties. The crisis of familiar agriculture and the little investment of the State vulnerable this segment economically and increases the necessity of the use of the natural resources, many times in indiscriminate way.

Keywords: environment , agriculture , family farming

## **1 INTRODUÇÃO**

Esse trabalho é parte da pesquisa intitulada "Aspectos sociológicos e ecológicos de uma área protegida do estado do Espírito Santo"<sup>1</sup> e tem como referência o município de Santa Teresa, mais especificamente as famílias que residem nas comunidades do entorno de duas áreas protegidas desse município, a Estação Biológica de Santa Lúcia – EBSL e Reserva Biológica Augusto Ruschi – RBAR. A pesquisa investiga as diversas dimensões da situação de vida e trabalho das famílias e as formas como estas se relacionam com o meio ambiente e com as áreas protegidas.

---

\* Doutorado em Serviço Social. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Apoio a Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (FAPES)

O artigo ora apresentado se propõe a discutir a relação que se estabelece entre as famílias que utilizam a terra baseadas no modelo de agricultura familiar, e as áreas protegidas, inclusive as áreas de Reserva Legal de suas propriedades. Parte-se do pressuposto de que, nos últimos anos, vem ocorrendo uma sucessiva quebra dos laços tradicionais próprios da agricultura camponesa e a incorporação gradual por parte dessas famílias do modelo de agricultura modernizada. Tais alterações reordenam a dinâmica da agricultura na região, tanto no que se refere à organização da produção, quanto no âmbito cultural e de sociabilidade, o que tem impacto direto na forma como se relacionam com o meio ambiente de modo geral e com as áreas protegidas em particular, colocando em questão a própria conservação dessas áreas por parte das famílias e da sociedade como um todo.

## **2 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Santa Teresa é um município do estado do Espírito Santo com uma população de aproximadamente 20 mil habitantes, sendo que cerca de 68% desta população vive na área rural (IPES, 2000). O início do seu povoamento deu-se em 1875 com a vinda de famílias de imigrantes italianos e que implantaram no município o modelo de produção agrícola sustentado na agricultura familiar que se preserva até hoje. A distribuição fundiária é de 80% das propriedades com menos de 50 ha, 15% de 50 a 100 ha e apenas 5% com mais de 100 ha. (PM de Santa Teresa, 05).

Apesar de o Espírito Santo já ter perdido mais de 90% de sua cobertura vegetal original, o município de Santa Teresa ainda mantém mais de 50% de sua área coberta por Mata Atlântica (Mendes e Padovan, 2000). No município existem três Áreas Protegidas sendo uma federal, uma estadual e uma co-gerida por instituições federais e uma instituição privada, sendo a única deste tipo no país. A região é possuidora de incomparável biodiversidade na Mata Atlântica (MMA, 2000). No entorno dessas áreas, reside um grande número de famílias que tem na produção agrícola o seu meio de subsistência. Baseados no modelo agrícola familiar estabelecem uma relação intensa com a terra e com o meio ambiente de modo geral.

Essas famílias, a maioria descendentes de imigrantes italianos e alemães, trazem a história de seus antepassados que, na busca de terras para trabalho, deixaram seu país de origem e submetidos às determinações das próprias elites brasileiras, nesse momento os grandes fazendeiros do café, passam a constituir núcleos coloniais em várias regiões do país. O

acesso à terra torna-se a sua possibilidade de sobrevivência, e, para isso, organizavam sua produção nos moldes da agricultura tradicional, com base no trabalho familiar.

A exploração da terra tinha como intuito a produção de alimentos para o sustento da família. As queimadas, a utilização da mata nativa e dos demais recursos naturais, não representavam perigos para o meio ambiente, pois não era a lei do mercado que regia essas ações e a legislação vigente então não se preocupava com a proteção ambiental. A utilização dos recursos naturais tinha um limite, o limite da subsistência que se daria através do trabalho familiar. Pode-se aqui concordar com Woortmann (1990) quando afirma de que a terra para essas comunidades camponesas era vista como objeto de trabalho, como expressão de uma *moralidade*, não em sua exterioridade, como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Ainda segundo essa autora, a terra era vista “não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (p. 12). Portanto, a preservação desse bem natural se dava não pelo seu valor de mercado, mas pelo seu valor *moral*, que pode ser entendido como a possibilidade de preservação de um modo de vida estranho ao que lhe foi destinado como papel no processo de produção capitalista.

Mas esse modelo produtivo tem limites impostos pela própria lógica de produção capitalista que se sustenta na necessidade de produção de valor troca e de valor excedente. A agricultura tem um papel fundamental nesse processo, pois é através da produção agrícola que se garante a oferta de matérias-primas e de alimentos para abastecer o mercado.

No Brasil a plena inserção da agricultura à lógica capitalista se dá principalmente a partir da década de 60. Ocorreu, nesse período, um processo acelerado de *modernização da agricultura*, marcado por intensas mudanças na base técnica com a consolidação do denominado complexo agroindustrial brasileiro. (Delgado, 1985).

É esse novo modelo produtivo para o campo que provoca amplas mudanças na forma de organização da produção agrícola e, embora incidindo com maior força na grande propriedade, a agricultura familiar tem modificada radicalmente a sua dinâmica produtiva. Vários autores trabalham exaustivamente esse processo e é consenso que a reprodução da agricultura familiar estava vinculada à possibilidade de integração ao mercado (Graziano da Silva, 1982, 1996; Delgado, 1985; Muller, 1989).

Martins (1984) argumenta que com essa inserção os agricultores familiares passam de uma condição de ausência de riscos econômicos reais para uma nova situação de risco,

apesar de uma maior assistência financeira governamental que subsidia a transição e a adaptação à nova situação social e econômica.

Isso não foi diferente para a agricultura na região estudada. Grande parte das propriedades rurais nas áreas pesquisadas incorporou-se à lógica do mercado e essa inserção garantiu a esses produtores na fase de *modernização da agricultura*, principalmente de meados da década de 60 e década de 70 uma ampliação dos ganhos econômicos. A década de 80, embora já enfrentando problemas pela crise do modelo agrícola vigente, os preços mínimos de alguns produtos, principalmente do café, a cultura mais importante da região, e o acesso ainda a alguns recursos das políticas agrícolas, foram decisivos na manutenção dos ganhos das famílias. O êxodo rural, embora ostensivo nessas décadas, não abalou a estrutura produtiva dessa região, o que garantiu a manutenção das comunidades agrícolas existentes. Integrados ao modelo de produção *modernizado* como sócios menores (Delgado, 1985), buscaram através do uso intensivo da terra e da utilização de insumos modernos o aumento da produtividade e ampliação dos ganhos monetários. Houve, para grande parte desses produtores, um processo de capitalização o que retardou a crise vivida pela maioria dos pequenos agricultores no Brasil.

A auto-exploração do trabalho familiar, traço característico da agricultura familiar vem acompanhado, nessa fase, do uso de insumos que tem forte impacto sobre a natureza, na utilização de técnicas de manejo do solo fortemente predatória, na ampliação de áreas para cultivo o que muitas vezes compromete a preservação de áreas protegidas. Porém, são essas as estratégias mais eficientes e menos custosas na ampliação da produtividade agrícola.

Isso permitiu associar-se ao modelo vigente e a preservação dos recursos naturais, embora seja uma preocupação dessas famílias, deixa de ser prioridade diante das exigências impostas pelo próprio mercado altamente competitivo. Ademais, a promessa de ganhos fáceis e seguros com a utilização de novas técnicas e insumos, vindas em grande parte de grandes empresas capitalistas patrocinadas pelo Estado, modifica a forma de tratamento dado à terra.

Essa realidade fica mais evidente nos últimos anos diante da crise que se instaurou na agricultura o que se expressa intensamente nessa região. Embora a agricultura ainda seja a base da economia do município, os poucos investimentos por parte do Estado em políticas agrícolas, garantia de comercialização e preços mínimos dos produtos, vem levando a um gradativo empobrecimento dessa população, um fator fundamental na ampliação do êxodo rural e também no uso mais agressivo da terra. Grande parte das famílias, que não conseguem retirar da terra a sua sobrevivência, opta por vender as suas propriedades e migrar para o meio

urbano, muitas vezes para outros Estados e, em alguns casos para outros países, principalmente para a Itália em busca de novas possibilidades de trabalho.

A saída de um número cada vez maior de famílias do meio rural desmantela as comunidades rurais e, muitas vezes as próprias famílias. Quando a migração não vem acompanhada da venda da propriedade, os que permanecem na terra são os pais, muitas vezes em idade mais avançada e que não se submetem à vida na cidade pelas dificuldades de incorporarem um novo modo de vida totalmente estranho e distante de sua realidade.

Diferente de outros momentos quando a produção estava assegurada pela utilização de mão de obra familiar de todos os membros, nos dias atuais, grande parte, ou muitas vezes todos os filhos, migram para a cidade ou em busca de novas possibilidades de trabalho ou de estudo, vista por todos eles ainda como uma forma de ascender socialmente e permanecem no campo os pais, que procuram garantir a sua subsistência através de trabalho com produtos que requerem cada vez mais insumos agroquímicos e fazem uso mais intenso do solo.

Por outro lado, percebe-se também, ainda que timidamente, um movimento contrário, a busca de uma vida mais tranqüila por parte de trabalhadores urbanos. A proximidade do município de Santa Teresa da capital do estado, o clima favorável e o investimento que vem sendo feito para torná-la uma cidade turística, em grande parte devido às suas áreas protegidas, vem incentivando a procura de terras por parte de trabalhadores urbanos como área de lazer e, em alguns casos, como local de residência e por vezes de trabalho aos que procuram uma relação direta com a natureza, “ar puro, tranqüilidade”. Embora o número de propriedades utilizadas para esse fim ainda não seja predominante, já põe em questão uma forma organizativa dessas comunidades, pois essas famílias estabelecem uma relação diferenciada com a terra e com a comunidade.

Para os moradores da região essas famílias, consideradas estrangeiras, provenientes da cidade, representam uma ameaça, pois trazem consigo todos os *males* dos grandes centros. Essa preocupação não é vazia de sentido, pois alguns desses *males* estão presentes no cotidiano dessas famílias. Recentemente um filho de uma família residente em uma das comunidades foi vítima de seqüestro. Esse fato, embora isolado, sinaliza para esses moradores a fragilização de valores até então preservados. É o *de fora*, o *estranho* que passa a dividir o espaço que até então era dos *de dentro*, e ameaça o estado de plena segurança e confiança, valor incisivamente defendido pelos agricultores.

Os novos moradores, os *de fora*, embalados por uma onda ecologista que permeia o imaginário social nos últimos anos, fixam-se na terra com o intuito de estabelecer uma relação de *harmonia* com o meio ambiente. A preservação do verde, o cuidado com os animais, em alguns momentos destoam da lógica de produção das famílias residentes no local e que têm no cultivo da terra a sua única forma de sobrevivência e que em muitas vezes desconhecem a própria existência e objetivo dessas áreas.

Nesse sentido é interessante resgatar o debate trazido por Giuliani (1990) acerca da categoria neo-ruralismo, muito utilizada pelos estudiosos da questão agrária, principalmente na França. Para esse autor, os neo-rurais “os trabalhadores urbanos insatisfeitos com as condições de vida nos grandes centros atraídos pelo campo”, não necessariamente se movem por ideais ecológicos. Estes buscam, em geral, a satisfação de aspirações individuais o que explica que, muitas vezes, a preservação da natureza, está diretamente relacionada com os seus interesses, neste caso ter um local adequado de lazer. A proximidade com as áreas protegidas se torna, então, um elemento a mais para os moradores recém chegados, que buscam o descanso. Esta só lhes trás vantagens e, portanto, qualquer indício de degradação, tanto da área protegida como de áreas verdes das propriedades por parte dos moradores é totalmente reprovada. Mas para os moradores da região esse é um sinal da degradação de valores intrínsecos ao mundo rural e à cultura camponesa.

Na concepção dos agricultores locais a terra deve ser utilizada ao máximo para o cultivo, que é seu verdadeiro objetivo. Como já foi ressaltado anteriormente, a incorporação de um modelo produtivo baseado na intensificação do uso do solo através da utilização de insumos e tecnologias vem ao encontro aos projetos dos agricultores. A terra deve produzir e prover o sustento da família, agora permeada por novas necessidades criadas pela inserção na dinâmica da sociedade *moderna, consumista*. Os limites impostos a essa intensa utilização se apresentam como entraves impostos por aqueles que desconhecem a dinâmica do trabalho no campo.

Especificamente acerca da legislação ambiental que limita a utilização das áreas verdes das propriedades (Reserva Legal), as entrevistas identificaram várias críticas feitas por parte dos agricultores principalmente a de que este é mais um empecilho à produção, pois é parte da terra que precisam para plantar. A derrubada da mata faz parte do imaginário dos trabalhadores dessa região e as leis tornam-se um entrave na ampliação da produção o que na concorrência com o mercado capitalista, leva a um processo constante de empobrecimento. E, ao mesmo tempo, as terras que lhe foram destinadas pelos seus antepassados, de sua

propriedade, são agora controladas pelo Estado, um *ente estranho*, que vem unicamente para puni-los caso transgridam as leis. As leis vêm de *fora*, e se sobrepõe a sua propriedade, impedindo-o de ter o controle sobre o que lhe *pertence por direito*. A preservação da natureza, da forma como está sendo imposta pelos *de fora*, aparece como um grande obstáculo a sua manutenção e sobrevivência.

O que se percebe é de que para esses trabalhadores a preservação do meio ambiente não é compatível com o trabalho. Mesmo que compreendam que a legislação ambiental tem como finalidade preservar o meio ambiente, entendem que são penalizados na medida em que é o pleno desenvolvimento de suas atividades agrícolas que fica comprometido. Percebem que o que se impõe como forma de garantir a preservação do meio ambiente torna-se uma dificuldade para a realização do próprio trabalho agrícola.

Mas isso não significa que não tenham consciência da importância da mata e da natureza e que não se preocupem em preservá-la. Pode-se inferir que não é parte da cultura do agricultor esse instinto de devastação. Certamente que tem este uma relação de cumplicidade com a terra, mas, antes de tudo é sua sobrevivência que esta em jogo.

### 3 CONCLUSÃO

Pode-se concluir que o debate da problemática ambiental, questão muito presente hoje no imaginário social, não pode vir desconectado da dimensão econômica e das leis que regem essa economia (Diegues, 2001). A crise da agricultura familiar e o pouco investimento do Estado tornam esse segmento de produtores vulneráveis economicamente, e a utilização dos recursos naturais indiscriminadamente por parte das famílias moradoras do entorno das áreas protegidas, demonstra a fragilização desse modelo produtivo. Se no período do auge da modernização da agricultura, foi possível aos segmentos dos agricultores familiares que se integraram ao mercado garantirem a sua manutenção na terra e ampliação de seus ganhos, essa realidade se modificou radicalmente a partir de finais dos anos 80 e se estende até os dias atuais, pois as políticas governamentais direcionadas à agricultura ganham novos e mais duros contornos.

O trabalhador rural é um trabalhador a margem, que vive da possibilidade de inserção social. As políticas voltadas a esse setor nem de longe se apresentam como um mecanismo de manutenção e reprodução desse modelo de produção. Isso se expressa de forma bastante clara nas respostas dos entrevistados. Se em um determinado momento esses

trabalhadores tinham um certo espaço no âmbito da produção e para isso, ainda que marginalmente, eram beneficiários de uma parte dos recursos públicos voltados à agricultura, ainda não tão escassos, agora vivem na condição de extrema marginalização econômica e social.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. e CARVALHO FILHO, J. J. Reforma Agrária: o sentido econômico de uma política distributiva. In **Revista Reforma Agrária, ABRA**, Campinas, maio-agosto, 1993.

BIASSUTI, L.C. **Cronologia Histórica do Município de Santa Teresa, Espírito Santo, Brasil, 1974 a 2004**. Santa Teresa, ES, 2005.

DELGADO, G. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Ed. Da Unicamp/Ícone, SP, 1985.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3ª ed, São Paulo: Hucitec, 2001.

GIULIANI, G. M. O Novo Estilo dos Velhos Modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 14, p. 59-67, out./jan. 1990.

GUANZIROLI, C. E. et alli. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. FAO, Garamond, MDA, RJ, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_ **A nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Unicamp, Campinas, 1996.

IPES - Instituto de **Pesquisas** do Espírito Santo, 2000. **Informações Municipais do Estado do Espírito Santo, 1994 – 1998, Santa Teresa**. Governo do Estado do Espírito Santo, Vitória, ES.

MENDES, S.L. e **PADOVAN**, M.P. (2000) A Estação Biológica de Santa Lúcia, Santa Teresa, Espírito Santo. In: **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**. Santa Teresa, ES: jun., n. 11 e 12, p. 7-34.

MARTINE, G. **A Trajetória da Modernização Agrícola: a quem beneficia?** Rev. *Lua Nova* nº 23, SP, março/91.

MARTINS, J. S. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo, Hucitec, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA. *Plano Municipal de Desenvolvimento Rural: 1997-2000*. Santa Teresa, ES, 1997.

WOORTAMAN, K. "Com parente não se negocia" O campesinato como ordem moral. In **Anuário Antropológico/87**. Brasília/DF, Ed. UnB, 1990.

ZAMBERLAN, J. Reflexões sobre algumas estratégias para a viabilização econômica dos assentamentos. In Medeiros, L. e outros (orgs). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Ed. UNESP, 1994.